

SUDÃO

REPÚBLICA DO SUDÃO

Chefe de Estado e de Governo:	Omar Hassan Ahmed Al Bashir
Penal de morte:	retencionista
População:	42,3 milhões
Esperança média de vida:	57,9 anos
Taxa de mortalidade - menores de 5 anos (m/f):	117/104 por 1000
Taxa de literacia nos adultos:	60,9 por cento

Continuaram os abusos generalizados dos direitos humanos cometidos pelo governo e pelos grupos armados. O conflito no Darfur foi menos intenso que em anos anteriores, mas mesmo assim prosseguiu, com ataques contra civis e comboios humanitários, entre as violações da lei humanitária internacional cometidas por todos os lados do conflito. Centenas de civis foram mortos. A violência contra as mulheres, incluindo violações, continuou a ser generalizada, principalmente durante ataques contra aldeias ou junto aos campos de pessoas deslocadas internamente (PDI). No Sul do Sudão registou-se uma escalada nos combates e nos conflitos étnicos, que causaram mais de 2500 mortos e fizeram mais de 350 mil deslocados. Em Março, o Tribunal Penal Internacional (TPI) emitiu um mandado de captura contra o presidente Omar Al Bashir por crimes de guerra e crimes contra a humanidade. Na sequência desta decisão, o governo aumentou a repressão contra os defensores dos direitos humanos, opositores políticos e civis, e expulsou e encerrou organizações humanitárias nacionais e internacionais. Mais de 60 pessoas foram condenadas à morte, 54 das quais por tribunais especiais contra-terrorismo, e pelo menos [nove] foram executadas. A tortura e outras formas de maus-tratos eram generalizadas. Punições cruéis, desumanas e degradantes continuaram a ser usadas. Pelo menos 12 mulheres foram flageladas depois de terem sido detidas pela polícia, principalmente por usarem calças.

Antecedentes

Aumentou a tensão entre o Partido do Congresso Nacional (NCP), no poder, e o Movimento de Libertação do Povo do Sudão (SPLM), o partido no poder no Sul do Sudão, principalmente devido ao diferendo sobre as reformas legais e a demarcação das fronteiras da região de Abyei, definidas em Julho pelo Tribunal Permanente de Arbitragem, sediado em Haia. O Tribunal decidiu que os campos petrolíferos de Heglig e Bamboo pertenciam ao Norte, o que foi contestado pelo SPLM.

Prosseguiram igualmente as disputas entre o NCP e o SPLM por causa de determinados pontos do Acordo Global de Paz de 2005 e da Lei do Referendo no Sul do Sudão, aprovada em Dezembro.

As eleições nacionais, que deviam ter sido realizadas em Abril, foram adiadas para Abril de 2010. O processo de registo dos eleitores, que decorreu em Novembro e Dezembro, enfrentou vários obstáculos, incluindo a falta de acesso a locais de registo.

Em Junho, o Conselho dos Direitos do Homem da ONU decidiu não renovar o mandato do Relator Especial da ONU para a Situação dos Direitos Humanos no Sudão e substituí-lo por um Perito Independente para a situação dos direitos humanos no Sudão. O antigo juiz tanzaniano, Mohamed Chande Othman, foi nomeado para o cargo a 2 de Outubro.

Sob os auspícios do governo do Qatar e em colaboração com o mediador conjunto da UA e da ONU para o Darfur, Djibril Bassole, decorreram em Doha consultas preliminares para discutir

as perspectivas de um novo acordo de paz para o Darfur. Em Fevereiro, o governo do Sudão e o Movimento Justiça e Igualdade (JEM), um dos principais grupos armados da oposição sediados no Darfur, assinaram um "acordo de boa vontade e construção de confiança" na sequência de uma semana de negociações em Doha. As duas partes comprometeram-se a procurar uma resolução pacífica para o conflito. O acordo incluía provisões para troca de prisioneiros, incluindo pessoas capturadas durante o ataque do JEM contra Cartum, em Maio de 2008, bem como para travar a detenção de deslocados e permitir o seu acesso à ajuda humanitária. O acordo fracassou depois de o TPI ter emitido o mandado de captura contra o presidente Al Bashir, e de o governo ter recusado libertar centenas de combatentes do JEM detidos durante o ataque de 2008 contra Cartum.

Justiça internacional

A 4 de Março, o TPI emitiu um mandado de captura contra o presidente Al Bashir por duas acusações de crimes de guerra e cinco de crimes contra a humanidade. A UA e a Liga dos Estados Árabes manifestaram o seu apoio ao presidente Al Bashir e pediram ao Conselho de Segurança para deferir o caso, ao abrigo do Artigo 16 do Estatuto de Roma do TPI. O pedido não foi concedido.

O mandado de captura contra o presidente Al Bashir foi o terceiro emitido pelo TPI relacionado com o Darfur. O governo sudanês recusou cooperar com o Tribunal ou entregar qualquer dos suspeitos. Ali Kushayb, um dos líderes das milícias Janjaweed, aliadas do governo, contra quem tinha sido emitido um mandado de captura pelo TPI em 2007, continuava em liberdade. Ahmed Haroun, antigo Ministro de Estado para os Assuntos Humanitários, contra quem o TPI tinha igualmente emitido um mandado de captura em 2007, foi nomeado governador da província de Kordofan do Sul, em Maio.

A 7 de Maio, a câmara preliminar do TPI emitiu uma convocatória selada em nome de Bahar Idriss Abu Garda, o alegado perpetrador de três crimes de guerra relacionados com o ataque de 2007 contra as forças de manutenção de paz da Missão da União Africana no Sudão (AMIS), em Haskanita. Bahar Idriss Abu Garda compareceu voluntariamente perante o TPI a 18 de Maio.

Em Março, a UA formou um painel sobre o Darfur, liderado pelo antigo presidente sul-africano Thabo Mbeki, para estudar formas de garantir a paz, justiça e reconciliação na região. Em Outubro, o painel apresentou o seu relatório à UA. Entre outras recomendações, o painel apelou à criação de um tribunal híbrido com juizes sudaneses e juizes de outros países nomeados pela UA, para julgar os crimes mais graves cometidos no Darfur. O relatório foi adoptado pelo Conselho de Paz e Segurança da UA.

Conflito armado – Darfur

Apesar de uma diminuição no número de ataques e do regresso de alguns deslocados às suas aldeias, o conflito no Darfur continuou. Os civis continuaram a ser os mais afectados pelo conflito, com centenas de pessoas mortas. Os ataques contra aldeias causaram milhares de deslocados.

Continuaram igualmente os ataques contra trabalhadores e comboios humanitários, e contra a Missão Conjunta da ONU e da UA no Darfur (UNAMID). Segundo informou em Setembro o Gabinete para a Coordenação dos Assuntos Humanitários da ONU (OCHA), três funcionários da UNAMID e sete trabalhadores humanitários sudaneses foram mortos e 12 funcionários humanitários e outros 10 funcionários da UNAMID foram feridos nos primeiros oito meses do ano. A UNAMID continuava a não dispor de equipamento essencial e o seu contingente ficou

aquém dos 26 mil militares que considerava necessários para cumprir o seu mandato de protecção dos civis.

■ Em Janeiro, força do JEM entraram em Muhajeria, uma localidade no Sul do Darfur anteriormente controlada pelo Exército de Libertação do Sudão/ramo Minni Minawi (SLA/MM), o único grupo armado da oposição sediado no Darfur a assinar o Acordo de Paz de 2006 com o governo sudanês. Ambos os lados envolveram-se em confrontos e bombardearam áreas civis, e aviões governamentais bombardearam a localidade, matando dezenas de civis e ferindo centenas de outros, e obrigando a maior parte da população a fugir. Em Fevereiro, cerca de 6000 pessoas procuraram refúgio junto à base da UNAMID em Muhajeria. O governo pediu à UNAMID para abandonar Muhajeria, mas o pedido foi recusado.

Acesso à ajuda humanitária

A 4 de Março, imediatamente após o TPI ter emitido o mandado de captura contra o presidente Al Bashir, o governo expulsou 13 organizações humanitárias internacionais e encerrou três organizações humanitárias e de defesa dos direitos humanos nacionais. O governo alegou que algumas das organizações não tinham a documentação em ordem e acusou outras de darem informações ao TPI.

As expulsões causaram uma diminuição de 40 por cento no número de funcionários humanitários no Sudão e ameaçavam ter um impacto dramático sobre a situação humanitária no Darfur, nas zonas de transição (Abyei, Nilo Azul e Kordofan do Sul) e no Leste do Sudão – todas regiões que acolhiam um número significativo de pessoas vulneráveis e dependentes da ajuda humanitária.

Em Junho, o governo anunciou que ia autorizar a entrada e registo de novas organizações e dos respectivos funcionários. Contudo, as três organizações humanitárias e de defesa dos direitos humanos nacionais – o Centro para os Direitos Humanos e Desenvolvimento Ambiental de Cartum, a Organização de Desenvolvimento Social do Sudão (conhecida como SUDO) e o Centro Amal para a Reabilitação das Vítimas da Tortura, de Cartum – continuaram encerradas, criando um vazio significativo na prestação de serviços humanitários e na monitorização e denúncia das violações dos direitos humanos cometidas no Darfur e no Sudão em geral. Os Serviços Nacionais de Segurança e Informações (NISS) perseguiram os funcionários destas organizações, fizeram buscas nos seus escritórios e congelaram os seus bens.

Violência contra as mulheres

As violações e outras formas de violência contra as mulheres continuaram a ser generalizadas durante os ataques contra aldeias e junto aos campos para PDI, principalmente quando as mulheres se aventuravam no exterior. As organizações que ofereciam serviços de protecção, principalmente às vítimas de violência sexual no Darfur, foram seriamente afectadas pelas expulsões e encerramentos de organizações humanitárias.

Conflito armado – Sul do Sudão

Continuaram os confrontos armados entre várias comunidades étnicas. Segundo as informações, mais de 2500 pessoas foram mortas e mais de 350 mil foram deslocadas. A violência afectava principalmente as regiões mais remotas. O estado mais afectado foi o de Jonglei, onde, segundo as estimativas da ONU, foram mortas mais de 2000 pessoas.

Aumentaram os ataques contra civis levados a cabo pelo Exército de Resistência do Senhor (LRA), um grupo armado oriundo do Norte do Uganda. Segundo o Gabinete do Alto Comissário da ONU para os Direitos Humanos (OHCHR), os ataques do LRA no Sul do Sudão

podiam ser considerados como crimes de guerra. Entre Dezembro de 2008 e Março de 2009 foram confirmados pelo menos 27 ataques.

O aumento da violência no Sul do Sudão foi agravado pela falta de chuva, que causou uma terrível situação humanitária. A falta de cultivo e acesso aos campos agrícolas, bem como as dificuldades de deslocação das agências humanitárias, aumentaram a insegurança alimentar, deixando mais de 1,5 milhões de pessoas ameaçadas pelo espectro da fome.

Detenções arbitrárias, tortura e outras formas de maus-tratos

O NISS continuou a deter pessoas arbitrariamente e a mantê-las em regime de isolamento, principalmente em Cartum e no Darfur, após a emissão do mandado de captura contra o presidente Al Bashir pelo TPI. Elementos do NISS realizaram buscas nos escritórios de várias ONGs, apreendendo documentos e detendo alguns dos seus funcionários. Detiveram ainda funcionários de organizações humanitárias internacionais considerados pelo governo como possíveis informadores do TPI. Os defensores dos direitos humanos foram particularmente afectados pela onda de detenções, e muitos fugiram do país.

A nova Lei de Segurança Nacional aprovada em Dezembro pelo Parlamento mantinha o poder do NISS para deter pessoas sem culpa formada durante quatro meses e meio e a imunidade judicial dos seus agentes.

■ A 21 de Outubro, Adam Suleiman Sulman, um dos 103 réus condenados à morte pelos tribunais especiais antiterrorismo (ver abaixo), morreu num hospital da polícia em Cartum, dois dias depois de ali ter sido internado proveniente da prisão de Kober. Foi levado para o hospital acorrentado. Adam Suleiman Sulman tinha sido torturado durante a detenção. Sofria igualmente de uma doença mental que terá sido agravada pela sua detenção e tortura. Morreu de tuberculose e foi-lhe negado tratamento médico adequado, apesar de o seu advogado ter alertado que necessitava de cuidados médicos urgentes.

Julgamentos injustos – tribunais especiais

Entre Julho de 2008 e Junho de 2009, 103 pessoas foram condenadas à morte pelos tribunais especiais contra-terrorismo. Os réus foram condenados colectivamente na sequência de julgamentos injustos relacionados com a sua alegada participação no ataque do JEM contra Cartum em Maio de 2008. Os tribunais especiais foram criados após o ataque, ao abrigo da Lei Contra-terrorismo de 2001. As "confissões" da maior parte dos réus foram alegadamente obtidas sob tortura e foram aceites pelos tribunais como principal prova condenatória. Muitos dos réus só tiveram acesso a um advogado após o início do julgamento. Todos os réus, à excepção de um, que morreu sob custódia (ver acima), continuavam no final do ano a aguardar o resultado dos recursos apresentados.

Pena de morte

Além das sentenças de morte passadas por tribunais especiais, pelo menos seis pessoas foram condenadas à morte pelos tribunais comuns e nove foram executadas.

■ Nove homens acusados pelo homicídio do editor de jornal Mohamed Taha, que foi encontrado decapitado em Setembro de 2006, foram executados a 13 de Abril, depois de o Supremo Tribunal ter confirmado a sua condenação à morte. Embora todos tenham retractado em tribunal as suas confissões, alegando que foram obtidas sob tortura, o Tribunal de Recurso aceitou as "confissões" como provas válidas. Os nove eram provenientes do Darfur.

■ Quatro homens foram condenados à morte em Junho pelo Tribunal de Primeira Instância de Cartum, pelo homicídio do funcionário da USAID John Granville e do seu motorista Abdel Rahman Abbas, a 1 de Janeiro de 2008. Depois de a família de Abdel Rahman Abbas ter perdoado os quatro homens, como é seu direito ao abrigo da Lei Islâmica do Sudão, o Tribunal de Recurso devolveu o caso ao Tribunal de Primeira Instância, o qual confirmou as sentenças de morte a 12 de Outubro. Três dos acusados alegaram que as suas confissões tinham sido obtidas sob tortura.

Desaparecimentos forçados e detenção em regime de isolamento

Segundo um relatório do Relator Especial da ONU para a situação dos direitos humanos no Sudão, publicado em Junho, continuava a ser desconhecido o paradeiro de cerca de 200 das perto de 1000 pessoas detidas na sequência do ataque do JEM contra Cartum, em Maio de 2008. No final de 2009 o governo ainda não tinha revelado os nomes dos detidos, clarificado o seu estatuto ou paradeiro, ou autorizado o acesso de familiares e advogados.

Liberdade de expressão – liberdade de imprensa

A imprensa escrita foi fortemente censurada nos primeiros nove meses do ano. O NISS visitou diariamente jornais e censurou artigos considerados prejudiciais para o governo ou para o partido no poder, ou que abordavam assuntos sensíveis como o TPI ou a questão do Darfur. Esta situação deu origem a protestos por parte dos jornalistas e proprietários dos jornais, incluindo a suspensão voluntária das publicações. Uma nova lei de imprensa, aprovada em Junho, manteve as restrições contra os jornalistas, incluindo as multas contra jornalistas e publicações por alegados crimes de imprensa, e os poderes do Conselho Nacional da Imprensa e das Publicações para encerrar jornais. A 27 de Setembro, o presidente Al Bashir levantou a censura, imposta 18 meses antes pelo NISS, e o governo apelou aos editores para voltarem a aderir ao "código de ética", que levaria a que não abordassem assuntos que seriam alvo de censura no passado.

Jornalistas continuaram a ser intimidados e detidos pelo NISS. Jornalistas estrangeiros foram perseguidos e expulsos por cobrirem assuntos considerados sensíveis ou prejudiciais para o Sudão.

■ A 2 de Março, Zouhir Latif, um jornalista tunisino que trabalhava igualmente para o Programa Alimentar Mundial da ONU, foi expulso após ter estado detido durante três dias pelo NISS. Zouhir Latif tinha coberto a situação no Darfur, incluindo uma batalha ocorrida em Fevereiro na região de Muhajeria.

Punições cruéis, desumanas e degradantes

Punições cruéis, desumanas e degradantes, incluindo flagelações, continuaram a ser impostas e implementadas.

■ Em Julho, 13 mulheres, incluindo a jornalista Lubna Ahmed Hussein, foram detidas num restaurante por vestirem calças, consideradas uma "peça de roupa indecente ou imoral" pelas polícias de ordem pública que as detiveram. Dez das mulheres foram condenadas a 10 chicotadas ao abrigo do Artigo 152 do Código Penal. A sentença foi cumprida. O caso de Lubna Hussein foi julgado por um tribunal especial de ordem pública, que em Setembro a condenou e multou. Ela liderou uma campanha pública contra o Artigo 152 e anunciou que ia recorrer da sentença.

Relatórios da Amnistia Internacional

📄 Promessas vazias no Darfur: Comunidade internacional não cumpre o prometido (AFR 54/001/2009)

📄 Sudão: Pena de morte – 82 homens do Darfur (AFR 54/012/2009)

📄 Sudão: Amnistia Internacional apela à detenção do presidente Al Bashir, 4 de Março de 2009

📄 Sudão: Execução de nove potenciais inocentes mostra falhas na pena de morte, 14 de Abril de 2009

📄 Autoridades sudanesas devem abolir a flagelação e rejeitar as leis discriminatórias, 24 de Agosto de 2009